



Agrupamento de Escolas
Gonçalo Mendes da Maia

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO

2022-2023

INTRODUÇÃO

Fundamentos e princípios

“A assunção de princípios, valores e competências-chave para o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória implica alterações de práticas pedagógicas e didáticas de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos.” (Ministério da Educação, 2017, p. 18).

Tendo como horizonte o desenvolvimento das áreas de competência pelos alunos, é importante (re)pensar as abordagens pedagógicas e didáticas, diversificando os métodos pedagógicos e avaliativos, caminhando para práticas pedagógicas mais centradas no aluno.

Neste sentido, é apresentado neste documento um conjunto de constructos que devem orientar práticas e políticas no domínio da avaliação, de modo a “contribuir para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho” (LBSE, 1986)

Visando uma prática avaliativa como processo eminentemente pedagógico e procurando a melhoria das aprendizagens de todos os alunos, a nossa ação terá como base os seguintes princípios:

- **Princípio da transparência** - em qualquer processo de avaliação, os critérios, as finalidades, os procedimentos, os momentos, os intervenientes e os processos de recolha de informação a utilizar devem ser conhecidos pelos principais intervenientes;
- **Princípio da Melhoria da Aprendizagem** - a avaliação tem de ser um processo eminentemente pedagógico ao serviço da aprendizagem e da sua melhoria;
- **Princípio da Integração Curricular** - a avaliação é um processo que tem de estar intrinsecamente articulado com o currículo e com o seu desenvolvimento;
- **Princípio da Positividade** - a avaliação não deverá ser apenas um meio para apurar o que os alunos ainda não sabem, mas tem de ser igualmente um processo que lhes dê oportunidades para mostrarem o que sabem e são capazes de fazer;
- **Princípio da Diversificação** - diversificar os processos de recolha de informação e, tanto quanto possível, envolver outros intervenientes (e.g., encarregados de educação, outros docentes, alunos) e avaliar em diferentes momentos e contextos.

Os critérios gerais de avaliação do Agrupamento constituem referenciais comuns a toda a comunidade, sendo operacionalizados, no âmbito do respetivo plano de turma, pelo professor titular da turma/grupo, no 1.º ciclo e Educação Pré-escolar, pelas equipas pedagógicas, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, não esquecendo a realidade concreta de cada grupo/turma e de cada aluno em particular e as finalidades da própria avaliação.

Os Critérios Específicos de Avaliação, a serem propostos pelos departamentos curriculares, devem obedecer aos critérios gerais aqui definidos e ter em consideração as Aprendizagens Essenciais (AE), devidamente articuladas com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e a Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola. Os Critérios Específicos de Avaliação devem traduzir igualmente a importância relativa que cada um dos domínios assume nas Aprendizagens Essenciais de cada disciplina, designadamente no que respeita à valorização da competência da oralidade e à dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver. Caso os domínios não sejam claros, deve cada grupo disciplinar, analisando as AE, identificar os domínios a privilegiar, interpretando o currículo. Para cada domínio identificado, é atribuída uma ponderação e descritores de desempenho.

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação têm como referenciais o PASEO e as Aprendizagens Essenciais, assim como, os normativos legais em vigor e traduzem a importância relativa que cada um dos domínios assume nas Áreas de Competência. Os critérios integram ainda descritores de desempenho e são transversais a todos os ciclos e a todas as disciplinas (Tabela 1).

Critérios de Avaliação Gerais Transversais		Níveis e descritores de Desempenho				
		5 Muito Bom	4 Bom	3 Suficiente	2 Insuficiente	1 Muito Insuficiente
Comunicação		Comunica com muita fluência, com correção e clareza nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, utilizando de modo proficiente diferentes linguagens e símbolos.	Comunica com fluência, correção e clareza nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, utilizando frequentemente diferentes linguagens e símbolos.	Comunica com alguma fluência, correção e clareza nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, utilizando com alguma frequência diferentes linguagens e símbolos.	Comunica com dificuldade nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, utilizando raramente diferentes linguagens e símbolos.	Comunica com muita dificuldade nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, não utilizando diferentes linguagens e símbolos.
Conhecimento científico/técnico/tecnológico		Adquire, compreende, mobiliza e aplica com muita facilidade diferentes conceitos e procedimentos.	Adquire, compreende, mobiliza e aplica com facilidade diferentes conceitos e procedimentos.	Adquire, compreende, mobiliza e aplica com alguma facilidade diferentes conceitos e procedimentos.	Adquire, compreende, mobiliza e aplica com dificuldade diferentes conceitos e procedimentos.	Não adquire, não compreende, não mobiliza nem aplica diferentes conceitos e procedimentos.
Componente Prática e/ou Experimental		Define e executa estratégias adequadas, criativas e inovadoras na resolução de problemas. Identifica e manuseia com muita facilidade, correção e segurança, materiais, instrumentos, ferramentas, técnicas, máquinas e/ou equipamentos.	Define e executa estratégias adequadas e criativas na resolução de problemas. Identifica e manuseia com facilidade, correção e segurança, materiais, instrumentos, ferramentas, técnicas, máquinas e/ou equipamentos.	Define e executa estratégias adequadas na resolução de problemas. Identifica e manuseia com alguma facilidade, correção e segurança, materiais, instrumentos, ferramentas, técnicas, máquinas e/ou equipamentos.	Define e executa com dificuldade estratégias adequadas na resolução de problemas. Identifica e manuseia, com dificuldade, materiais, instrumentos, ferramentas, técnicas, máquinas e/ou equipamentos.	Não define nem executa estratégias adequadas na resolução de problemas. Não identifica nem manuseia materiais, instrumentos, ferramentas, técnicas, máquinas e/ou equipamentos.
Desenvolvimento Pessoal e Social	Relacionamento interpessoal	Ouve, respeita, partilha e aceita sempre ideias/pontos de vista e decisões. Cumpre sempre as normas e as regras definidas.	Ouve, respeita, partilha e aceita com frequência ideias/pontos de vista e decisões. Cumpre frequentemente as normas e as regras definidas.	Ouve, respeita, partilha e aceita com alguma frequência ideias/pontos de vista e decisões. Cumpre com alguma frequência as normas e as regras definidas.	Raramente ouve, respeita, partilha e aceita ideias/pontos de vista e decisões. Raramente cumpre as normas e as regras definidas.	Não respeita, não partilha nem aceita ideias/pontos de vista e decisões. Não cumpre as normas e as regras definidas.
	Responsabilidade	Demonstra sempre responsabilidade, cumprindo com empenho e brio todas as tarefas, nos prazos solicitados. Apresenta sempre os materiais requeridos.	Demonstra frequentemente responsabilidade, cumprindo com empenho as tarefas, nos prazos solicitados. Apresenta frequentemente os materiais requeridos.	Demonstra com alguma frequência responsabilidade, cumprindo com algum empenho as tarefas, nos prazos solicitados. Apresenta com alguma frequência os materiais requeridos.	Raramente demonstra responsabilidade, cumprindo com pouco empenho as tarefas e nem sempre nos prazos solicitados. Raramente apresenta materiais requeridos.	Não demonstra responsabilidade, não cumprindo as tarefas solicitadas. Não apresenta os materiais requeridos.
	Autonomia	Revela autonomia na realização de todas as tarefas propostas e elevada persistência na superação das dificuldades.	Revela autonomia na realização da maioria das tarefas propostas e persistência na superação das dificuldades.	Revela alguma autonomia na realização das tarefas propostas e alguma persistência na superação das dificuldades.	Raramente revela autonomia e raramente demonstra persistência na superação das dificuldades.	Não revela autonomia na realização das tarefas, nem persistência na superação das dificuldades.

Tabela 1

A definição e a valorização dos critérios de avaliação cabe aos departamentos/áreas curriculares, cumprindo os intervalos pré-estabelecidos(Tabela 2).

Nível de Ensino	Comunicação (%)	Conhecimento científico/técnico /tecnológico (%)	Componente Prática e/ou Experimental (%)	Desenvolvimento Pessoal e Social (%)
1.º Ciclo	De 10 a 30	Até 70	Não inferior a 10	De 10 a 30
2.º e 3.º Ciclos				

Tabela 2

TÉCNICAS E PROCESSOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Assumindo-se a avaliação como um processo imbuído de subjetividade devem os docentes diversificar técnicas e processos de recolha de informação (Tabela 3), no respeito pelos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos, permitindo um maior conhecimento da eficácia do trabalho realizado e um acompanhamento ao primeiro sinal de dificuldade nas aprendizagens dos mesmos.

“A triangulação de processos de recolha de informação permite avaliar mais aspetos dos domínios/temas do currículo, lidar melhor com a grande diversidade de alunos que hoje frequentam as escolas, assim como reduzir os erros inerentes a qualquer processo de avaliação.” (Domingues, 2021) Esta triangulação materializa-se através da implementação de processos de recolha de informação diversificados. Para o efeito, cada grupo disciplinar deverá selecionar os processos de recolha de informação avaliativa a implementar, diversificando técnicas, bem como, definir os processos que serão utilizados para efeitos de avaliação sumativa.

A triangulação citada também pode ser reforçada em sede de Conselho de Turma, através da partilha de informações recolhidas pelos docentes das diferentes disciplinas, para garantir uma visão holística do desempenho do aluno, assim como, através da participação de outros intervenientes, tais como os encarregados de educação e os alunos.

Técnicas	Processos de recolha de informação
Testagem	<ul style="list-style-type: none"> ● Questão de aula; ● Ficha de avaliação; ● Testes de feedback automático; ● Questionário-jogo - Quizziz, Kahoot, Socrative, ... ● Outros.
Análise de conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> ● Diários e Portefólio de aprendizagem- Padlet; ● Relatórios; ● Caderno; ● Fichas de trabalho; ● Trabalhos de pesquisa orientada/de campo/de projeto; ● Mapas de ideias; infográficos; ● Composição; ensaios; sínteses; ● Apresentações orais; ● Construção de artefactos, de dossiês temáticos, de modelos; ● Debates; ● Vídeos e filmes; ● Poster; ● Leituras dramatizadas; ● Rubricas de avaliação; ● Outros.
Inquérito	<ul style="list-style-type: none"> ● Questionário; ● Entrevista; ● Questionamento oral.
Observação	<ul style="list-style-type: none"> ● Listas de verificação ou <i>check-lists</i>; ● Escalas de classificação; ● Grelhas de observação.

Tabela 3

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação formativa - Avaliação para as aprendizagens

O sistema de avaliação apoiar-se-á, essencialmente, na avaliação formativa, devendo ocorrer de forma contextualizada, flexível, interativa e sistemática ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de apoiar e melhorar as aprendizagens de todos os alunos, para que aprendam mais e melhor, permitindo-lhes identificar os seus progressos e dificuldades, através de uma efetiva interação entre professor/aluno.

A avaliação formativa tem em consideração os critérios de avaliação transversais definidos e os critérios de avaliação específicos das disciplinas - foco numa avaliação criterial, que ajuda todos os alunos a melhorarem as suas aprendizagens e os seus desempenhos.

Para implementar uma sólida cultura de avaliação para as aprendizagens, que adeque as estratégias e tarefas a cada aluno e fomente a sua autorregulação (Perrenoud, 1998), com o objetivo último de melhorar a aprendizagem, é necessário garantir “a promoção e o recurso, de forma integrada, a um ensino centrado no aluno, mas alinhado com o currículo e com práticas de avaliação” (OCDE, 2013, p. 110).

Desta forma, e, de acordo com o preconizado no PASEO pretende-se colocar o aluno no centro da aprendizagem, atribuindo-lhe um papel mais ativo e participativo na resolução das tarefas propostas pelo professor. Para tal, as dinâmicas de trabalho na sala de aula deverão ser diversificadas e deverão promover a realização de aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências mais complexas, podendo os alunos trabalhar em pequenos grupos, em pares ou no grande grupo.

As tarefas de carácter formativo a atribuir aos alunos não deverão ser classificadas, mas acompanhadas de um feedback de elevada qualidade, centrado na tarefa e descritivo, que acompanhe e ajude a melhoria das aprendizagens. Para tal, os professores devem recorrer a diferentes tipos de feedback:

- o **feed up** que assenta na clarificação de objetivos, permitindo a alunos e professores desenvolver processos de regulação e de autorregulação;
- o **feed back**, que consiste numa informação que é dada ao aluno tendo por base os objetivos previamente definidos sobre o seu desempenho e trabalho realizado, com sugestões de melhoria;
- o **feed forward**, que possibilita o reajuste de ações de ensino e de apoio à aprendizagem e a implementação de medidas de melhoria pelo professor.

Aconselha-se o recurso, sempre que possível, à utilização de rubricas de avaliação nas tarefas solicitadas, promovendo-se assim a regulação e a autorregulação das aprendizagens.

Os alunos devem ter oportunidades reais para participar na avaliação das suas aprendizagens, quer através de processos de autoavaliação, quer através de processos de avaliação entre pares ou ainda através da avaliação em grande grupo.

A relação pedagógica que se estabelece entre professores e alunos é um elemento essencial para a criação de um clima favorável ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Avaliação sumativa - Avaliação das aprendizagens

A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação. A avaliação sumativa tem também uma natureza criterial e, além disso, é normativa, isto é, compara as aprendizagens dos alunos com uma norma (uma média, por exemplo) ou com as aprendizagens de um dado grupo.

A avaliação das aprendizagens poderá ocorrer:

- **com fins classificatórios**, através da definição de critérios de avaliação com diferentes níveis de desempenho; processos de recolha de informação diversificados; e, da análise dos resultados para uma tomada de decisão que conduza a uma melhoria de práticas e da aprendizagem;
- **sem fins classificatórios**, cujo propósito é o de, num dado momento, fazer um balanço do que os alunos aprenderam, mas sem quaisquer preocupações classificatórias; os resultados não serão utilizados para classificar os alunos, mas sim para lhes fornecer feedback, permitindo a regulação e autorregulação das suas aprendizagens.

As tarefas solicitadas aos alunos de carácter classificatório deverão ser igualmente acompanhadas de rubricas de avaliação, sempre que possível, neste caso, utilizadas para mobilizar informação para efeitos da atribuição de classificação.

Com base na avaliação sumativa são tomadas decisões relativas à progressão do aluno e/ou certificação no final de um ciclo de estudos.

Para se garantir o rigor de qualquer avaliação, seja ela formativa ou sumativa, deve-se diversificar processos de recolha de informação.

A avaliação formativa e a avaliação sumativa constituem processos complementares que podem e devem contribuir para apoiar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

RUBRICAS DE AVALIAÇÃO

As rubricas podem ser utilizadas quer no contexto da avaliação formativa, para distribuir feedback de elevada qualidade, quer no contexto da avaliação sumativa, para que, num dado momento, se possa fazer um balanço ou um ponto de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer.

Os alunos deverão ter acesso às rubricas que estão a ser utilizadas e, inclusivamente, sempre que tal seja possível, estar envolvidos na identificação de critérios e na descrição dos desempenhos considerados relevantes para as aprendizagens a desenvolver.

As rubricas são especialmente adequadas a tarefas com algum grau de complexidade e quando os resultados de aprendizagem pretendidos são desempenhos. Nesse sentido, uma descrição clara do desempenho esperado é fundamental, assim como a adequação dos critérios escolhidos (Allen & Tanner, 2006).

Uma rubrica de avaliação, em geral, inclui quatro elementos (tabela 4): a) a descrição geral da tarefa que é objeto de avaliação; b) os critérios; c) os níveis de descrição do desempenho (indicadores, descritores) relativamente a cada critério; e d) a definição de uma escala em que a cada numeral, letra do alfabeto ou percentagem, corresponde um determinado indicador ou descritor de desempenho. (Domingues, 2021).

Descrição Geral da Tarefa (Objeto de Avaliação)			
Critérios	Níveis de Desempenho		
	1	2	3
Critério 1	Descritor ou Indicador do Desempenho	Descritor ou Indicador do Desempenho	Descritor ou Indicador do Desempenho
Critério 2	Descritor ou Indicador do Desempenho	Descritor ou Indicador do Desempenho	Descritor ou Indicador do Desempenho
Critério 3	Descritor ou Indicador do Desempenho	Descritor ou Indicador do Desempenho	Descritor ou Indicador do Desempenho

Tabela 4

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS

Quer no âmbito da avaliação formativa quer no âmbito da avaliação sumativa, os alunos devem ser encarados como participantes ativos e comprometidos em todo o processo de avaliação, implicando assim a sua participação no processo avaliativo. Por conseguinte, dever-se-á proporcionar aos alunos uma participação na avaliação das suas aprendizagens através:

- da definição e clarificação dos objetivos de aprendizagem e dos critérios de sucesso. Neste aspeto, o recurso a rubricas (Brookhart, 2014), elaboradas pelo professor ou conjuntamente com os alunos, torna-se uma atividade de elevada pertinência e significativo alcance no âmbito desta estratégia (Mottier Lopez & Dechamboux, 2019);
- do diálogo efetivo na sala de aula e tarefas de aprendizagem que evidenciam a compreensão do aluno (de natureza dialógica);
- da avaliação formativa pelos pares, com o recurso a critérios de avaliação ou a rubricas, evitando as práticas classificatórias e normativas.
- do processo de autoavaliação - trata-se de fazer uma reflexão, apoiada pela utilização de rubricas, de sobre o que se é, ou não, capaz de fazer, o que se aprendeu e que dificuldades manifesta; a realizar-se antes, durante ou após serem abordados determinados conteúdos. O insucesso nas respostas será um indicador de necessidade de revisão e/ou aprofundamento da unidade estudada.

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

A avaliação pedagógica e a classificação são processos incontornáveis quando se pensa acerca do currículo e do seu desenvolvimento. As decisões que se tomam no seu âmbito estão intrinsecamente associadas às formas como os alunos organizam o seu estudo, como participam e se comportam nas aulas, como se motivam para estudar e, naturalmente, como aprendem (e.g., Marzano, 2006).

O sistema de classificação apoia-se na avaliação sumativa e esta decorre da avaliação formativa. As práticas de classificação deverão estar focadas nas aprendizagens dos alunos tal como estão definidas no currículo (e.g. AE, PASEO).

Os processos de recolha de informação utilizados na avaliação sumativa, como por exemplo, a ficha de avaliação, devem avaliar os domínios definidos nos critérios de avaliação da disciplina (não necessariamente todos ao mesmo tempo). Cada grupo disciplinar deverá selecionar os processos de recolha de avaliação, diversificando técnicas, de acordo com a sua especificidade, através dos quais serão recolhidos os elementos para a avaliação sumativa.

A atribuição de uma tarefa de carácter formativo ou classificatório deve ser acompanhada, sempre que possível, de uma rubrica de avaliação, que deve ser dada a conhecer ao aluno antes da execução da tarefa a realizar. Antes da realização de uma tarefa de carácter classificatório dever-se-á procurar promover a realização de tarefas de carácter formativo, capaz de proporcionar feedback, para que os alunos aprendam mais e melhor, com mais compreensão e se sintam melhor preparados para as avaliações de natureza classificatória e assim obter melhores classificações.

Quando se tratar de uma tarefa de carácter classificatório, após a sua realização, o professor procede à respetiva classificação. Esta classificação traduzir-se-á nas diferentes escalas, conforme o ciclo de ensino (Tabela 5). No 1.º ciclo, utilizar-se-á a respetiva menção e nos 2.º e 3.º ciclos a classificação de cada tarefa sumativa será apresentada na unidade da respetiva escala.

Menção	Escala (%)	Nível
Muito Bom	90-100	5
Bom	70-89	4
Suficiente	50-69	3
Insuficiente	20-49	2
Muito Insuficiente	0-19	1

Tabela 5

A nota de final de período deverá resultar de uma recolha deliberada e rigorosa de informação acerca das aprendizagens, com base nos critérios de avaliação, nos níveis de consecução ou descritores que lhes são inerentes e, naturalmente, nas aprendizagens definidas no currículo e através de uma diversidade de processos utilizados e definidos em sede de grupo disciplinar (e.g., testes, apresentações, relatórios, produtos de natureza diversa). Só deste modo é possível definir os processos de recolha de informação mais adequados e, conseqüentemente, obter classificações que retratem melhor o que os alunos efetivamente aprenderam. (Domingues, 2021)

No cumprimento do acima descrito dever-se-á implementar uma grelha de classificação comum/transversal, com a identificação dos critérios gerais transversais e dos domínios que concorrem para aqueles, com ponderações definidas por cada grupo disciplinar e abrangendo diferentes processos de recolha de informação, promovendo-se assim uma avaliação pedagógica criterial.

INTERVENIENTES NO PROCESSO AVALIATIVO

ALUNO	PROFESSOR/EDUCADOR	PROFESSOR/MEDIDAS EDUCATIVAS
Autoavalia-se;	Aplica os critérios de avaliação;	Pronuncia-se sobre as aprendizagens dos alunos;
CONSELHO DOCENTES/CONSELHO TURMA	ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO	CONSELHO PEDAGÓGICO
Aprecia e aprova a avaliação sumativa interna;	Envolve-se no processo de avaliação do seu educando;	Aprova os critérios de avaliação e monitoriza a sua aplicação e dá parecer/decide em matéria de revisão das decisões do Conselho de Turma;
DIRETORA		
Ratifica as decisões dos órgãos de gestão pedagógica, assegurando o integral cumprimento das disposições em vigor e da observância dos critérios definidos.		

Tabela 6

PROCEDIMENTOS

É da responsabilidade da Diretora a divulgação, junto da Comunidade Educativa, dos Critérios de Avaliação aprovados em Conselho Pedagógico.

- Os grupos ou áreas disciplinares definem os critérios específicos, a partir dos critérios de avaliação gerais, que depois de aprovados pelo Conselho Pedagógico devem ser dados a conhecer aos alunos e encarregados de educação;
- Cada docente/professor titular de turma informa os alunos sobre a planificação da sua disciplina, assim como, os critérios de avaliação específicos;
- Cada professor da turma deve fornecer, no final de cada período, todas as informações sobre o desempenho dos seus alunos aos respetivos diretores de turma, através de uniformização de grelhas de registo;
- Nos conselhos de turma procede-se à avaliação dos alunos, tendo em consideração que a avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens;
- A avaliação dos alunos incide, ainda, sobre a componente de Cidadania e Desenvolvimento, ou como componente de integração curricular transversal e/ou como disciplina autónoma;
- A avaliação certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os saberes adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no PASEO.

REGISTO E COMUNICAÇÃO DA AVALIAÇÃO

A comunicação dos resultados das avaliações aos alunos e aos pais e encarregados de educação faz igualmente parte das práticas de avaliação pedagógica, através de uma informação que seja clara, concisa e muito orientada para descrever o que os alunos conseguiram ou não aprender. A comunicação deverá basear-se em pressupostos tais como: a transparência, a simplicidade, a clareza e o rigor.

A informação da avaliação sumativa interna é comunicada aos encarregados de educação em registo próprio, no final de cada trimestre, presencialmente e através da plataforma INOVAR CONSULTA.

A plataforma INOVAR ALUNOS é fundamental para agilizar o registo e a comunicação entre os diferentes intervenientes no processo de avaliação da aprendizagem.

Na avaliação intercalar, os docentes devem utilizar a plataforma INOVAR ALUNOS para fazerem um ponto de situação qualitativo das aprendizagens dos alunos e dar conhecimento do mesmo aos Encarregados de Educação. Para esse fim, será atribuído a cada aluno uma menção qualitativa, com o respetivo descritor de desempenho, por cada critério geral identificado na Tabela 1 deste documento. Será ainda possível acrescentar observações relativas a cada aluno, caso o docente considere ser informação relevante.

REFERÊNCIAS

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto

Despacho n.º 6478/2017

Folhas de Apoio à Formação - Projeto MAIA. Universidade de Lisboa. Instituto de Educação in <https://afc.dge.mec.pt/projeto-maia/documentos-do-projeto/folhas-de-apoio-formacao>

Aprovado pelo Conselho Pedagógico em 29 de junho de 2022

A Presidente do Conselho Pedagógico

 Digite o texto aqui